

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



Universidade de Verão 2003



A importância desta "Universidade de Verão-2003" é destacada com a publicação, neste número do "Povo Livre", de um Suplemento generalista a ela dedicado. Na próxima edição, teremos oportunidade de voltar ao assunto, com a publicação mais detalhada de intervenções e conclusões

- Redacção

«A nossa geração quer um Mundo melhor»

O Primeiro-Ministro visita Trás-os-Montes



Página 10

Victor Cruz e a estratégia de futuro dos Açores



Página 05

Apresentado o estudo da «McKinsey»



Página 20

A Europa do Futuro

A Distrital do PSD de Coimbra, com a comissão política do Partido Social Democrata organizam, no próximo dia 22 de Setembro, em Coimbra, a quinta conferência no âmbito do ciclo de debates "A Europa do Futuro", subordinada ao tema «A reforma institucional da União Europeia»

Comunicado do Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de dia 11, na Presidência do Conselho, aprovou diversos diplomas entre os quais dois que consagram a transposição para a ordem jurídica nacional de directivas da CE.

O primeiro, refere-se a Directiva 2001/111/CE do Conselho, de 20 de Dezembro de 2001, relativa a determinados açúcares destinados à alimentação humana.

A legislação nacional em vigor - Decreto-Lei n.º 302/85 -, relativa às **características, acondicionamento e rotulagem de determinados açúcares** constituídos por sacarose, glucose e frutose, destinados à alimentação humana, está desajustada, face às novas exigências comunitárias expressas na Directiva 2001/111/CE.

A Directiva agora transposta para a ordem jurídica nacional torna mais acessíveis as regras relativas às condições de fabrico e comercialização de certos açúcares destinados à alimentação humana, adaptando essas normas à legislação comunitária geral aplicável aos géneros alimentícios, especialmente a relativa à rotulagem, aos corantes e outros aditivos autorizados e, ainda, aos solventes de extracção e métodos de análise.

A aprovação e publicação deste novo decreto-lei cumpre a Directiva n.º 2001/111/CE, adoptando as novas disposições comunitárias relativas às definições e características de certos açúcares destinados à alimentação humana e, ainda, as regras a que deve obedecer a sua rotulagem e acondicionamento, adoptando, igualmente, os métodos de análise comunitários fixados pela Primeira Directiva 79/96/CEE, da Comissão, para o controlo destes produtos.

Estando os consumidores nacionais habituados às denominações de venda «açúcar areado amarelo», «açúcar areado branco», «açúcar macio», «açúcar demorara» e «açúcar mascavado», vão continuar a ter à sua disposição esses açúcares, cujo uso está tradicionalmente consagrado no mercado nacional.

Por Decreto-Lei é transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva 2002/63/CE da Comissão, de 11 de Julho de 2002, que estabelece métodos de amostragem para o **controlo oficial de resíduos de pesticidas no interior e à superfície de produtos de origem animal**.

O presente diploma estabelece os métodos de amostragem de produtos de origem animal para a determinação de resíduos de pesticidas na carne de aves, produtos alimentares primários e produtos



transformados de origem animal, bem como de ovos e produtos lácteos, quantificando o número e peso mínimo da amostra a colher para os vários produtos e definindo a metodologia a seguir nos procedimentos de amostragem, nomeadamente quanto à manipulação dos produtos.

Informações a prestar pelas instituições de crédito em relação aos contratos bonificados.

Um Decreto-Lei no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 21/2003, de 26 de Junho, estabelece as regras gerais a que devem obedecer o tratamento e a interconexão dos dados constantes das informações a prestar pelas instituições de crédito mutuantes em relação a cada um dos contratos de empréstimo à habitação bonificados.

O presente diploma define, entre outras coisas, a criação de uma base de dados junto da Direcção-Geral do Tesouro, entidade à qual é cometida a responsabilidade pelo respectivo tratamento, bem como a possibilidade de ser encarregue outro organismo público de tratar os dados pessoais por conta do responsável, desde que ofereça garantias suficientes em relação às medidas de segurança.

Estabelece-se que a Direcção-Geral dos Impostos e a Inspecção-Geral de Finanças possam aceder aos mesmos dados, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 26.º-A do Decreto-Lei n.º 349/98.

Concede-se autorização à Direcção-Geral dos Impostos para relacionar os dados constantes do ficheiro regulado no presente

diploma, com os dados dos seus próprios sistemas informáticos, para efeitos do estritamente indispensável à confirmação da informação relativa aos rendimentos do agregado familiar relevantes para enquadramento na classe de bonificação de juro a suportar pelo Estado.

Prevê-se igualmente que, para os empréstimos respeitantes a imóveis situados nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os dados sejam remetidos às respectivas entidades processadoras do pagamento das bonificações, após a validação dos mesmos.

Define-se ainda as medidas de segurança, o prazo de conservação dos dados, o direito de acesso dos titulares aos dados que lhes digam respeito e que se encontrem registados, bem como o especial dever de sigilo dos responsáveis pelo tratamento dos dados e dos funcionários, técnicos ou agentes que, no exercício das suas funções, tenham conhecimento dos dados pessoais tratados ao abrigo deste diploma.

Abastecimento de água ao Algarve

Por Decreto-Lei é criado o sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve em substituição dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água do Sotavento Algarvio e do Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro.

Atendendo, por um lado, à ligação física entre os sistemas do Barlavento e do Sotavento Algarvio e, por outro, à existência de uma só sociedade concessionária dos dois sistemas multimunicipais, manifesta-se

vantajoso, sob o ponto de vista da eficácia, que exista apenas um sistema explorado e gerido por uma mesma sociedade concessionária.

Este sistema integrado abrange todos os municípios do Algarve e visa dotar a gestão e exploração do sistema multimunicipal em apreço de uma maior eficácia, permitindo uma solução integral dos problemas de abastecimento de água de toda a região do Algarve.

Saneamento de águas residuais da Península de Setúbal

Também por Decreto-Lei que cria o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal, para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

O presente diploma decorre da necessidade de melhorar, na área territorial servida pelo sistema multimunicipal, as condições em que é efectuado o tratamento dos efluentes aí produzidos.

Construção e exploração de um porto de recreio na Quarteira e Marina de Albufeira

Um Decreto-Lei altera o Decreto-Lei n.º 215/70, de 15 de Maio, que aprovou as bases do contrato de concessão da construção e exploração de um porto de recreio, junto da povoação da Quarteira, no Algarve.

(continua na página 3) ►►►

Comunicado do Conselho de Ministros

◀ (continuado da página 2)

Considerou-se, no referido Decreto-Lei n.º 215/70, incorporada no domínio público do Estado, a partir do início da exploração do porto de recreio, uma zona denominada “zona dominial”, constituída pelos terrenos da concessionária alagados pelas águas do mar, bem como os utilizados na construção dos cais e para instalação dos serviços públicos afectados à exploração portuária.

Porém, por força das alterações introduzidas ao projecto inicial do empreendimento, e que mereceram a aprovação do Governo, verifica-se que os terrenos privados incorporados no domínio público do Estado e que constituem a referida “zona dominial”, não correspondem ao que vem assinalado na planta do projecto, pelo que se torna necessário proceder à sua substituição.

Finalmente, a circunstância da Lusotur - Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, S.A., concessionária do porto de recreio em causa, ter acedido a renunciar ao direito de preferência na instalação e exploração de qualquer novo porto de recreio, até uma distância entre 10 Km e 35 Km da zona da concessão, de que era titular por força da Base XXXV, anexa ao já citado Decreto-Lei n.º 215/70, justifica, como justa contrapartida, que lhe seja concedido o benefício resultante do alargamento do prazo da concessão de 60 anos para 90 anos.

Por outro lado, também por Decreto-Lei são aprovadas as bases da concessão para exploração, em regime de serviço público, de um porto destinado à navegação de recreio, situado em Albufeira e designado por Marina de Albufeira.

Mantém-se o interesse na consolidação dos centros de produção turística, através do adequado ordenamento e qualificação do espaço, no âmbito da internacionalização do País, enquanto destino turístico.

Concretamente no que respeita ao desenvolvimento da náutica de recreio, o aproveitamento das potencialidades inerentes à costa marítima portuguesa, através do desenvolvimento de adequada capacidade de resposta às actuais condições de potencial procura interna e da captação de segmentos específicos da procura turística internacional, aconselha a que sejam criadas as oportunidades ajustadas ao investimento pelo sector privado.

Ora, não obstante a reserva legal para o sector público da exploração de portos marítimos, o domínio da náutica de recreio é, por excelência, aquele em que deve ser dado à iniciativa privada o maior espaço de manobra e fomentada a interacção com as entidades públicas, nomeadamente as autarquias locais, competindo ao Governo estabelecer,

através de regulamentação adequada, as condições da respectiva exploração, de forma a deixar salvaguardada a correcta e adequada prossecução do interesse público.

Representantes do Governo e do sector empresarial do Estado no Conselho Económico e Social

Uma Resolução do Conselho de Ministros designa os representantes do Governo e do sector empresarial do Estado no Conselho Económico e Social.

Foram designados, como representantes efectivos do Governo no Conselho Económico e Social: os Profs. Doutores João Borges de Assunção, Fernando Adão da Fonseca e Paulo José Jubilado Soares de Pinho, as Dras. Alda Caetano de Carvalho, Marina Callot e Maria Cândida Medeiros Soares, o Dr. Carlos Viana de Carvalho e o Embaixador João Pedro da Silveira Carvalho.

Como suplentes dos representantes referidos atrás, foram designados: os Drs. José Pereira Lopes, Fernando Maria Lopes Chau, Edmundo Gomes, Eugénio Barata, Fernando Ribeiro Lopes e Rui Tomás Vilaça de Castro Feijó, o Embaixador José Tadeu Soares e o Eng. Leonel Vieira Amorim.

Foi igualmente designada, como representante efectiva do sector empresarial do Estado no Conselho Económico e Social, a Dra. Maria José Marrafinha Pardana Constâncio e como suplente, o Dr. José Manuel Silva Rodrigues.

Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira

Também por Resolução do Conselho de Ministros foi ratificado o Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira, no município de Albufeira, integrado no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

O Plano de Urbanização agora ratificado pelo Governo altera o perímetro urbano da cidade de Albufeira, delimitado no Plano Director Municipal em vigor.

Este Plano de Urbanização tem como objectivo fundamental o reforço e valorização de Albufeira como principal centro de animação turística do Algarve, tendo, nesse âmbito, sido definidos os seguintes eixos estratégicos: valorizar o centro antigo como centro de animação urbano-turística; ampliar e requalificar o espaço balnear de Albufeira; garantir a sustentabilidade

urbana do centro antigo e da frente de mar.

Reserva Ecológica Nacional (REN) do município das Caldas da Rainha

Uma Resolução do Conselho, aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município das Caldas da Rainha.

O Plano Director Municipal de Caldas da Rainha foi ratificado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 101/2002, pelo que importa agora aprovar a integração e a exclusão de áreas da Reserva Ecológica Nacional, ao abrigo do n.º 1 do art. 3.º do Decreto-Lei 93/90.

Regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual do Estado.

A nova lei consagra o direito à reparação de danos resultantes do exercício da função administrativa, jurisdicional e política e legislativa, conformando este regime com os imperativos constitucionais, nomeadamente com o artigo 22.º da Constituição.

Duas circunstâncias impõem a revisão do regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual do Estado, que o XV

(continua na página 4) ▶▶▶▶

Organização da administração directa do Estado

Neste Conselho foi aprovada uma Proposta de Lei que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado.

O novo modelo organizacional previsto neste diploma assenta numa clara definição de funções e objectivos, na flexibilização de estruturas e redução dos níveis hierárquicos com vista à simplificação dos circuitos de decisão, promovendo a colaboração sistemática entre os serviços, a partilha de conhecimentos e a correcta gestão de informação.

A ampla e racional utilização das tecnologias de informação é um pressuposto transversal a este processo de profunda alteração dos métodos de trabalho e organização.

Caracterizam-se os serviços por tipos funcionais e natureza territorial, com vista à correcta identificação das suas missões e formas de funcionamento adequadas, e promove-se a gestão transversal das actividades comuns nos Ministérios, concentrando cada organismo nas suas atribuições específicas.

Promove-se o recurso a diferentes modelos organizacionais de funcionamento interno, fomentando o recurso às tecnologias de informação que garantam uma resposta efectiva e rápida às necessidades dos cidadãos e potenciando a complementaridade entre serviços.

Consagram-se como modelos de funcionamento, a privilegiar na concepção e definição das estruturas, a partilha de serviços comuns, a organização em rede e segundo estruturas matriciais, potenciando os recursos disponíveis e fomentando o desenvolvimento de sinergias com vista a melhorar a eficiência dos serviços de acordo com critérios de gestão e juízos de oportunidade para garantir os resultados.

Este sistema de organização é acompanhado de uma forte simplificação dos formalismos legais associados à criação e alteração de estruturas, em coerência com o aumento de competências e responsabilidade dos dirigentes, criando condições para agilidade na gestão e adaptabilidade às circunstâncias dos serviços.

Disciplina-se a constituição de estruturas temporárias que terão que ter objectivos contratualizados, prazo temporal limitado e recorrer ao apoio logístico dos serviços já existentes.

A aprovação desta Lei-quadro da Organização e Funcionamento dos Serviços da Administração Directa permitirá que se proceda, em moldes inovadores, a uma profunda revisão das estruturas e funções do Estado, reconduzindo a Administração Pública à sua função útil, dignificante e mobilizadora dos funcionários e dirigentes e reconhecida pelos Cidadãos como um factor de Qualidade e Desenvolvimento.

Comunicado do Conselho de Ministros

◀ (continuado da página3)



Governo Constitucional assumiu expressamente no seu programa. A primeira decorre da evolução da actividade estadual verificada nas últimas décadas e das novas perspectivas do modo do exercício das funções do Estado inerentes a esta evolução. A segunda deve-se à necessidade de cumprir o disposto no artigo 22.º da Constituição e de efectivar os direitos fundamentais dos cidadãos lesados pela actuação ou omissão do Estado, das Regiões Autónomas e outras entidades públicas.

A proposta de lei baseia-se no projecto inicialmente elaborado por uma comissão de reputados especialistas no âmbito da Ordem dos Advogados e na proposta de lei que se lhe seguiu, aprovada na anterior legislatura, na generalidade, por unanimidade.

O texto ora aprovado, a ser submetido à Assembleia da República, contém várias alterações relevantes, tendo sido revisto e elaborado pelo Professor Gomes Canotilho, professor catedrático da faculdade de Direito de Coimbra.

Tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas

Aprovada uma Proposta de Lei que adita novas substâncias às tabelas anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e

consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

A presente proposta de lei procede ao aditamento das substâncias 2C-B, GHB e zolpidem, respectivamente nas tabelas correspondentes, constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 15/93 (regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas).

Através deste aditamento, sujeitam-se estas substâncias aos requisitos e mecanismos de controlo aí previstos, bem como às sanções, nomeadamente penais, estabelecidas, dando-se cabal cumprimento às decisões adoptadas pela Comissão de Estupefacientes da Organização das Nações Unidas.

Lei-Quadro dos Institutos Públicos

A proposta de Lei ora aprovada tem como objectivos essenciais disciplinar a criação de Institutos Públicos e estabelecer uma unidade sistémica na regulação do seu modo de funcionamento, evitando disparidades injustificadas e impondo regras de controlo tanto mais necessárias quanto o grau de autonomia de gestão e responsabilidade das instituições.

Estabelece os princípios e regras gerais aplicáveis aos institutos públicos, fixando os requisitos materiais, procedimentais e formais para a sua criação, reestruturação e

extinção.

Fixa o regime comum de organização e funcionamento, bem como as competências do Ministro da tutela, pondo termo à proliferação de regimes especiais e à definição casuística destes dois aspectos fundamentais da vida das organizações, definindo-se também as necessárias regras de controlo.

Estão igualmente consagradas neste diploma as regras necessárias à responsabilização e transparência no cumprimento das atribuições que determinaram a criação de cada instituto, nomeadamente através da organização de uma base de dados disponível na Internet e da obrigação de publicitar, também por esta via, os elementos referentes à organização, planos de actividades, orçamentos e mapa de pessoal de cada instituto.

Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado

A proposta de Lei ora aprovada tem como objectivos essenciais dar corpo a uma nova forma de gestão, redefinindo as funções do pessoal dirigente e reforçando claramente a sua responsabilidade na condução e execução dos seus programas de actividades com vista à apresentação de resultados,

constituindo uma medida estratégica no processo de modernização e melhoria da gestão da Administração Pública e contribuindo para a dignificação das funções e para uma administração responsável, actuante e promotora da cidadania.

Enquadramento jurídico e estatuto do agente da cooperação portuguesa

O “Estatuto do Agente da Cooperação”, agora definido em Proposta de Lei, vem estabelecer o novo enquadramento jurídico do agente da cooperação e define os princípios e as normas integrantes do seu estatuto.

Esta matéria tem sido regulada pelo “Estatuto do Cooperante”, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 363/85 e, acessoriamente, pelo Decreto-Lei n.º 10/2000, que instituiu uma licença especial para o exercício de funções na área da cooperação, em Timor-Leste.

A conveniência de alteração da situação existente decorre do facto do estatuto do cooperante não se ajustar aos parâmetros da nova política de ajuda pública ao desenvolvimento, prosseguida pelo XV Governo Constitucional. Desde o início de funções do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), criado pelo Decreto-Lei n.º 5/2003, a cooperação portuguesa visa uma prática mais coerente e eficaz, assente numa estrutura organizativa dotada de meios de coordenação, controlo e avaliação, de que o presente diploma fará parte integrante.

No que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 10/2000, deixou de fazer sentido um regime especial para Timor-leste pois, a ajuda pública ao desenvolvimento é executada nos mesmos moldes em todos os países receptores.

O novo Diploma, para além do agente da cooperação, define as figuras do promotor, executor e do voluntário e garante uma efectiva articulação entre a actividade destes e as políticas definidas.

Relativamente a direitos e garantias dos agentes, alargou-se o respectivo âmbito a benefícios fiscais, acumulação de remunerações com pensões de reforma e aposentação, seguros e formação específica.

Também se realça a possibilidade de aplicação do regime do mecenato quanto a custos com acções de cooperação realizadas por promotores e executores



O PSD dos Açores

Victor Cruz define estratégia para a agricultura açoriana

No passado dia 11, o Presidente do PSD/Açores, Victor Cruz, manteve uma reunião com o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, tendo abordado diversas questões relativas ao panorama actual da agricultura açoriana.

Esta reunião realizou-se à luz da próxima cimeira da União Europeia, em Outubro, na qual tomarão parte Chefes de Estado e os Primeiros-Ministros da CE, na qual o Primeiro-ministro de Portugal, Durão Barroso continuará decerto o seu empenhamento, junto dos restantes líderes da União Europeia, na sensibilização destes para a questão da quota leiteira dos Açores.

“O PSD/Açores tem vindo constantemente, fugindo aos alaridos e às guerrilhas políticas, a dialogar com o Governo da República, nomeadamente com o Ministro da Agricultura e o Primeiro-Ministro, sensibilizando-os para a necessidade dos lavradores açorianos disporem de uma maior quota leiteira”, disse Victor Cruz após a audiência com o Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

“O trabalho do PSD/Açores junto do Governo da República tem surtido efeitos positivos para os lavradores açorianos. Na última reforma da PAC o Governo português conseguiu a manutenção da isenção de multas até às 73 mil toneladas na presente campanha, baixando para 61 500 em 2004/2005 e uma conquista de 50 mil



defender em Bruxelas a autonomização da quota leiteira dos Açores. Eis mais um exemplo do empenho do Governo da República em encontrar as melhores soluções para os Açores. O mesmo não se poderá dizer do Partido Socialista nos Açores. Numa fase crucial das negociações a nível da União Europeia, para se conseguir mais

Governo Regional da mesma cor política do Governo da República resolverá mais e melhor problemas dos açorianos”.

O PSD/Açores tem estado a contactar as indústrias de lacticínios dos Açores para recolher informação precisa, actual e credível da fileira do leite, em cada ilha, para perspectivar o futuro deste importante sector da economia açoriana.

O PSD/Açores mantém uma relação saudável com a Federação Agrícola dos Açores e com as diversas associações agrícolas açorianas e quer no futuro, no Governo Regional, credibilizar ainda mais o papel das organizações de agricultores e a relação dos seus dirigentes com o Governo Regional.

O PSD/Açores, no Governo Regional, determinará apoios transparentes e calendarizados por mandato, que se traduzam em estabilidade para as organizações de agricultores, adoptando-se um sistema de fiscalização e avaliação da aplicação dos dinheiros públicos.

“O PSD/Açores tem uma estratégia para a agricultura açoriana. Um projecto credível, com princípio, meio e fim. Queremos ganhar a confiança dos açorianos para resolver os problemas dos Açores, em diálogo permanente e eficaz com o Governo da República, com as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia” disse Victor Cruz.

Com o PSD, quatro faixas na

ligação Ribeira Grande/Ponta Delgada

«Vamos fazê-lo porque vamos ganhar as eleições de 2004!!!».

No dia seguinte à reunião com o presidente da Federação Agrícola dos Açores, Victor Cruz, numa sessão pública realizada no teatro Ribeiragrandense, assumiu o compromisso de, após a esperada vitória do PSD nas próximas eleições, levar a cabo a ampliação para quatro faixas na estrada da Ribeira Grande.

Perante um anfiteatro repleto, em que marcaram presença empresários e autarcas dos concelhos da Ribeira Grande e Ponta Delgada e militantes de todos os concelhos de São Miguel, o candidato do PSD/Açores a presidente do Governo Regional, ladeado pelos presidentes das Câmaras Municipais da Ribeira Grande e de Ponta Delgada, apresentou o seu compromisso de construir 4 faixas para a Estrada da Ribeira Grande, dizendo que “prometo, porque vamos ganhar as eleições regionais de 2004”.

O presidente da concelhia do PSD da Ribeira Grande, Filomeno Gouveia, satisfeito com o compromisso assumido pelo líder do PSD, disse que “a Ribeira Grande saberá reconhecer o empenho do Dr. Victor Cruz em ajudar a desenvolver o nosso concelho. Vamos fazer do Dr. Victor Cruz o Presidente do Governo Regional dos açores, em 2004”.

(continua na página 6) ►►►



de quota efectiva, a partir de 2005. Foi uma vitória, mas o PSD/Açores deseja ir mais longe. Vamos continuar a defender mais quota leiteira para os Açores, contando para isso com o Governo da República”, afirmou Victor Cruz.

“O Ministro da Agricultura afirmou recentemente que irá

quota leiteira para os Açores, eis que surge o Partido Socialista a duas vozes, defendendo, pela voz do deputado socialista ao Parlamento Europeu, o não aumento da quota leiteira para os Açores, prejudicando, assim, as negociações em vésperas da Cimeira da União Europeia”.

“É cada vez mais notório que um

O PSD dos Açores (continua)

Quatro faixas na ligação Ribeira Grande – Ponta Delgada

◀ (continuado da página 5)

A Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada afirmou que “hoje é um dia histórico para a Ribeira Grande. O futuro Presidente do Governo Regional veio hoje aqui tomar um compromisso com os ribeiragrandenses. Para corrigir um crime económico e financeiro cometido pelo Governo Regional socialista”.

Berta Cabral denunciou a discriminação que o Governo Regional socialista continua a levar a cabo para com as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais do PSD. “Vamos todos ajudar a eleger o Dr. Victor Cruz para a Presidência do Governo Regional para acabar com este estado de coisas”.

O Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande disse que o Concelho da Ribeira Grande “merece este compromisso do futuro Presidente do Governo Regional” porque, disse “sem a realização deste compromisso a Ribeira Grande passaria a ser periférica, teríamos que ir pedir a bênção à Lagoa para chegar a Ponta Delgada”.

António Pedro Costa reafirmou que “é na verdade um crime aquilo que um teimoso Secretário Regional e um Governo Regional socialista fizeram com a Estrada da Ribeira Grande. Foi lançar dinheiro por água abaixo e não, resolver o problema da ligação entre o Norte e o Sul de São Miguel. Vamos todos ajudar a eleger o Dr. Victor Cruz para a Presidência do Governo, para que tudo não fique na mesma”.

O Presidente do PSD/Açores congratulou-se com a adesão dos cidadãos à apresentação deste compromisso eleitoral do PSD, salientando a “forte presença de empresários da Ribeira Grande” e disse que “há necessidade de começar a construir nos Açores uma sociedade mais tolerante. Conosco no Governo Regional não haverá pressões a jornais e jornalistas, a empresários e a bandas de música. A tolerância deve ser cantada pelo PSD, como um hino. Estamos aqui para denunciar as pressões e ameaças que o poder regional socialista está a fazer a muitos açorianos. Para nós, na política, não vale tudo. A tolerância é das virtudes que mais admiramos e que gostamos de por em prática”.

“Desde já garanto que, amanhã no



Governo Regional, a Lagoa não vai ser discriminada pelo meu governo. O que incomoda o PSD não é aquilo que o Governo Regional socialista faz, mas aquilo que não faz. O que incomoda o PSD não é a Estrada de 4 faixas para a Lagoa, é a estrada que não foi feita para a Ribeira Grande”, afirmou Victor Cruz.

Victor Cruz apresentou os factos concretos que justificam este compromisso do PSD/A para com a Ribeira Grande:

Um compromisso amplamente justificado

- Concentração demográfica e a consequente urbanização

a) - Os concelhos da Ribeira Grande e de Ponta Delgada perfazem 39% da população dos Açores. Estão em causa o primeiro e o terceiro concelhos mais populosos dos Açores, que cobrem uma área correspondente a 17,7% da Região.

b) - 43% da população açoriana mais jovem (0 a 24 anos) reside nestes dois concelhos

c) - o concelho da Ribeira Grande tem a mais alta taxa de natalidade dos Açores (17,9) e o mais baixo índice de envelhecimento (36,1)

- O crescimento do transporte de mercadorias entre os concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande

d) - Dos veículos automóveis vendidos nos Açores, 42% foram vendidos nos concelhos de Ribeira Grande e Ponta Delgada

e) - Os concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande contribuem com 71% das exportações dos Açores para os países extra-comunitários e com 95,5% das importações dos mesmos países

- O eixo Ribeira Grande – Ponta Delgada representa o maior pólo de desenvolvimento dos Açores

f) - 55% do crédito bancário efectuado nos Açores tem lugar nestes dois concelhos, assim como 64% do crédito concedido pelas instituições bancárias nos Açores foi dirigido aos concelhos da Ribeira Grande e de Ponta Delgada

g) - 44% do IRS liquidado pelas finanças nos Açores tem origem nos concelhos da Ribeira Grande e de Ponta Delgada;

h) - no que concerne o IRC, estes dois concelhos contribuem com 80% do imposto liquidado nos Açores;

i) - 31,5% das licenças concedidas para a construção de novas habitações nos Açores foram concedidas nos concelhos da Ribeira Grande e de Ponta Delgada

j) - 45% do consumo total de electricidade feito nos Açores tem lugar nestes dois concelhos

Não podemos estrangular o desenvolvimento harmonioso e eficiente do Concelho da Ribeira Grande e consequentemente, da ilha de São Miguel.

l) - 37,8% das empresas açorianas estão sediadas nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande

m) - estas empresas contribuem com 72% do total do volume de

vendas das empresas açorianas

n) - na indústria transformadora, o concelho da Ribeira Grande é o campeão dos Açores, já que contribui com 42% do volume de vendas de toda a indústria transformadora da Região; e perfaz com o concelho de Ponta Delgada, 78% do total

- Proporcionar aos ribeiragrandenses um melhor acesso a bens e serviços

o) - O concelho da Ribeira Grande é o maior produtor de materiais para a construção civil; o concelho de Ponta Delgada é o maior consumidor de materiais para a construção civil

- O Aterro Sanitário de São Miguel, localizado na

área da Estrada da Ribeira Grande, recolheu, em 2002, 70 mil toneladas de resíduos urbanos, industriais e hospitalares; e em 2003, o crescimento tem sido da ordem dos 19,8%

“Não queremos fazer de um compromisso uma birra política, uma guerra entre concelhos. Esta ligação entre a Ribeira Grande e Ponta Delgada é prioritária. Os números obrigam a fazê-lo. Vamos fazê-lo porque vamos ganhar nas eleições de 2004”, disse o Presidente do PSD/A

“Vamos falar com todos, para explicar o projecto do PSD”.

“Mude-se de governo. Porque os Açores merecem melhor.”

Uma visita à “Casa Grande”, na Horta

Na continuação do seu périplo pelo Faial, Victor Cruz visitou hoje o edifício denominado “Casa Grande”, destinado à Biblioteca Pública e Arquivo e a Casa da Cultura do Faial.

A Biblioteca Pública e Arquivo da Horta está instalada num edifício sem condições, com frequentes infiltrações de água, e sem espaço para poder sequer guardar todo o seu vasto espólio. Aquela instituição acumula os seus fundos próprios com os da Biblioteca Fixa n.º 80 da Fundação Calouste Gulbenkian.

Pior ainda do que a situação da Biblioteca é a do Arquivo da Horta, cujo espólio está distribuído por várias dependências de vários edifícios espalhados pela cidade em más

(continua na página 7) ▶▶▶

O PSD dos Açores (conclui)

A memória colectiva da Horta tem de recuperar a sua dignidade

◀ (continuado da página 6)



condições de acondicionamento e segurança.

Para resolver este problema grave e também o da Casa de Cultura do Faial e do Núcleo Cultural da Horta, foi decidido, pelo então Governo Regional do PSD, em 1996, mandar realizar o projecto para a recuperação, ampliação e adaptação do edifício conhecido na cidade da Horta pela “Casa Grande”, situado na Rua Walter Bensaúde, que havia sido adquirido pelo Governo Regional dos Açores à família Bensaúde.

A 3 de Setembro de 1996, o Governo Regional dos Açores, pela Resolução n.º 303/96, de 24 de Outubro, aprovou a autorização para “a abertura de um concurso público para arrematação da empreitada de

recuperação, ampliação e adaptação da Casa Walter Bensaúde a Biblioteca Pública e Arquivo e a Casa de Cultura da Horta, pelo preço base de 580.000 contos, acrescidos de IVA, e com o prazo de execução de trinta meses”.

O projecto previa a recuperação do actual edifício e a sua adaptação para a Biblioteca Pública; a construção de mais edifícios a ela ligados, um para o Arquivo e outro para a Casa de Cultura.

Para além de instalações condignas para o funcionamento dos serviços administrativos e para os utentes da Biblioteca e da Casa de Cultura do Faial, estavam também previstos uma pluralidade de espaços que conferiam ao complexo uma multiplicidade de utilizações

culturais: salas de exposições, auditório com 80 lugares para cinema, conferências, concertos, etc., salas de vídeo, música, informática e livraria de edições açorianas. Todas estas valências garantiam que este espaço se pudesse vir a constituir como um verdadeiro polo aglutinador de várias actividades culturais para a população da ilha.

Porém, o Governo Regional socialista não deu continuidade ao processo de concurso aberto e em vez disso, repartiu a obra em várias fases.

A primeira fase consistiu no reforço das fundações, execução de pilares para travamento, reforço e paredes e suporte das lajes dos pavimentos elevados, execução de nova cobertura em betão armado. A primeira fase foi concluída a 8 de Maio de 2000.

A segunda fase consiste na conclusão do projecto da nova Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, da qual fará parte a construção de um novo edifício, interligado, bem como a execução dos acabamentos do edifício objecto de intervenção na primeira fase.

Em Março de 2001, em resposta a um requerimento do Deputado do PSD do Faial, o Governo Regional informava que “o lançamento do concurso da empreitada da segunda fase está previsto para o início de 2002 e o início da obra em 2003, prolongando-se por 2004 e 2005”.

Em Dezembro de 2001, o Director Regional da Cultura, no jornal *Telegrafo* anunciava que “as obras relativas à 2ª fase da adaptação da Casa Bensaúde a Biblioteca Pública e

Arquivo da Horta vão arrancar em 2002”, acrescentando que “o concurso público está pronto a ser lançado, prevendo-se que a obra seja adjudicada no início do próximo ano e os trabalhos arranquem logo de seguida.”

A 1 de Agosto de 2002 foi publicada a Resolução n.º 123/2002, que “autoriza a abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de ‘Remodelação e Ampliação da Casa Walter Bensaúde – Biblioteca Pública e Arquivo da Horta e Casa da Cultura do Faial’, em regime de série de preços, pelo preço estimado de 4 milhões de Euros (800.000 contos) acrescidos de IVA(...), com um prazo de execução mínimo de 30 meses e máximo de 35 meses.”

Esta fase da obra não foi ainda posta a concurso, tanto mais que as verbas inscritas no Plano não são suficientes.

O Presidente do PSD/Açores denunciou “mais este historial de promessas e mentiras com que o Governo Regional socialista foi entreteendo os faialenses”.

“O PSD já apresentou aos faialenses as suas propostas e nelas se inclui a finalização desta obra prometida mas ainda não concluída. Nós só prometemos o que poderemos cumprir”, disse Victor Cruz, após a visita à “Casa Grande”.

“Os faialenses merecem melhor do que aquilo que tem sido feito por este Governo Regional socialista. O Faial não pode continuar a adiar o seu futuro”, afirmou o Presidente do PSD/Açores.

- Com. Gab. Press. PSD/A



Um artigo de Miguel Relvas

Novas Centralidades: Centralizar na Gestão, descentralizar na Execução

Durante séculos, Portugal concretizou políticas centralizadoras da população, das actividades, da Administração Pública e dos recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento. A litoralização das pessoas e das actividades económicas mais dinâmicas e a bipolarização do sistema urbano nacional evidenciam o desequilíbrio territorial do nosso País.

Temos um país desigual; um país desequilibrado; um país a diferentes velocidades. Este velho modelo de organização administrativa, económica e social é inaceitável, inviável, insustentável.

Por um lado, gerou os enclaves metropolitanos, animados por processos acelerados de crescimento económico e demográfico, fragilizados, todavia, por fenómenos de desorganização territorial, desqualificação urbana e exclusão social. Por outro lado, gerou territórios rurais e interiores cada vez mais periféricos e isolados, ameaçados por tendências e dinâmicas de desertificação humana, institucional e empresarial.

A criação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto pela Lei n.º 44/91, de 2 de Agosto, a fim de enquadrar, nomeadamente, a articulação de investimentos e de serviços de âmbito metropolitano, veio reforçar as assimetrias existentes ao ignorar as restantes áreas urbanas do país, que não mereceram qualquer solução institucional.

Contrariar este quadro passa por desenvolver e aprofundar os princípios do desenvolvimento sustentável, da subsidiariedade, da descentralização e da autonomia do Poder Local.

Urge reorganizar e equilibrar o sistema urbano nacional, apostando em novas áreas metropolitanas e em novas centralidades, vocacionados para a promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental.

O novo enquadramento legal vem potenciar e impulsionar o aproveitamento de novas oportunidades e a resolução de problemas que ultrapassam claramente as fronteiras municipais, com o objectivo claro de que o serviço público dos municípios seja prestado cada vez com maior eficiência e com menos custos, para permitir ao interior a capacidade de adquirir dimensão e massa crítica para poder corresponder às suas missões.

A nova ordem nacional passa pela reorganização do território, tendo em conta a criação de novas áreas metropolitanas, comunidades urbanas e comunidades intermunicipais, cujos contornos espaciais não são à partida impostos, devendo emergir da vontade dos municípios em função dos seus enquadramentos regionais e interesses estratégicos de desenvolvimento.

Importa contrariar velhas tradições



institucionais, centradas no individualismo e no isolacionismo, que por vezes orientaram o funcionamento da Administração Pública portuguesa, Central e Local, promovendo e aprofundando o desenvolvimento de relações institucionais de complementaridade e de solidariedade entre os municípios territorialmente contíguos.

As Grandes Áreas Metropolitanas deverão integrar pelo menos nove municípios contíguos e 350 000 habitantes, enquanto as Comunidades Urbanas deverão integrar pelo menos três municípios contíguos e 150 000 habitantes.

A nova solução institucional vem dar a resposta necessária para o planeamento e para a gestão de espaços urbanos alargados, pretendendo-se assegurar a concertação de estratégias, planos, programas, projectos, investimentos e serviços municipais de âmbito e de interesse metropolitano ou supra municipal.

Pretende-se também assegurar a adequada articulação das intervenções dos municípios, do Governo e dos serviços da Administração Central em diversos domínios do desenvolvimento. A principal inovação reside, todavia, na faculdade da instituição de Comunidades Urbanas, as quais deverão integrar órgãos deliberativos, executivos e consultivos: a Assembleia, a Junta e o Conselho das Comunidades Urbanas.

A instituição das Comunidades Urbanas deverá contribuir, nomeadamente, para a estruturação de pólos urbanos, indispensáveis ao desenvolvimento dos territórios menos dinâmicos e menos competitivos de Portugal, permitindo esbater as assimetrias regionais.

Desta forma, assegura-se a governabilidade, a

funcionalidade e a qualidade dos subsistemas urbanos portugueses, cada vez mais alargados, complexos e interdependentes, respondendo à vontade e à necessidade manifestada pelos autarcas portugueses e pelos demais decisores públicos, no sentido de participarem activamente na constituição de redes de cooperação, de associações e de parcerias institucionais.

Com este novo enquadramento, é possível planear e gerir de forma mais equilibrada o território, potenciando sinergias e um melhor aproveitamento dos recursos existentes.

Destaca-se a coordenação com a administração central no âmbito da saúde, cobrança de impostos, educação, infra-estruturas de saneamento básico e abastecimento público, ambiente, conservação da natureza e recursos naturais, segurança e protecção civil, acessibilidades e transportes, equipamentos de utilização colectiva, promoção do turismo e cultura, valorização do património, apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer.

Estas instituições de âmbito supra municipal poderão contratualizar os serviços com a administração central e por outro lado os municípios deverão acordar as competências que nelas delegam.

Em suma, a instituição de Grandes Áreas Urbanas e de Comunidades Urbanas e Comunidades intermunicipais constituirá um avanço histórico e decisivo nos domínios do planeamento estratégico e do desenvolvimento sustentável das novas realidades urbanas de Portugal.

– Miguel Relvas, Secretário de Estado da Administração Local.



Teresa Caeiro secretária de Estado da Segurança Social

No passado dia 11, o Primeiro-Ministro propôs ao Presidente da República a nomeação da Teresa Margarida Figueiredo Vasconcelos Caeiro para o cargo de secretária de Estado da Segurança Social, que não se encontrava preenchido.

Teresa Caeiro exercia as funções de Governadora Civil de Lisboa desde Abril de 2002 e é considerada “um valor da nova geração” do PP.

A nova secretária de Estado da Segurança Social, ao ser empossada pelo Presidente da República numa cerimónia no Palácio de Belém, no dia seguinte ao da nomeação (a 12 de Setembro) prometeu “muito trabalho” para não frustrar as expectativas que nela estão depositadas.

“Vou trabalhar muito. Vou tentar ser sensata e agir com sensibilidade, de forma a não frustrar as expectativas que o sr. Primeiro-Ministro e o Ministro Bagão Félix depositaram em mim”, sublinhou Teresa Caeiro.

Na cerimónia de posse estiveram, além de Durão Barroso, os ministros da Defesa, Trabalho e Segurança Social, Saúde, Economia, Assuntos Parlamentares e Educação. - **Lusa**



Michèle Alliot-Marie Ministra da Defesa da França em visita de trabalho a Lisboa



A luta contra o terrorismo e a política externa e de segurança comum na União Europeia são alguns dos temas que os ministros da Defesa de França e Portugal discutiram no dia 9, em Lisboa.

Michèle Alliot-Marie, Ministra da Defesa e dos ex-Combatentes, fez uma visita oficial de um dia ao nosso País, tendo sido recebida em São Bento, pelo Primeiro-Ministro, Durão Barroso, com quem trocou impressões sobre questões bilaterais e outras ligadas à NATO.

A visita terminou com uma recepção no forte de São Julião da Barra.

- **Lusa**

Intercâmbio de jornalistas Portugal-China reforça acordo assinado em 1989 em Pequim

O presidente da agência noticiosa oficial chinesa Nova China, Tian Congming, iniciou no fim de semana uma visita de quatro dias a Portugal destinada a reforçar a cooperação com a Lusa e as relações luso-chinesas.

Além do homólogo português, Almerindo Marques, e do administrador delegado da Lusa, Luís Delgado, Tian Congming encontrou-se com o Primeiro-Ministro, Durão Barroso e com o ministro da tutela da Comunicação Social, o Min. da Presidência, Morais Sarmento.

Tian Congming é membro do Comité Central do Partido Comunista Chinês e antes de assumir o actual cargo, há três anos, foi ministro da Comissão Estatal da Rádio, Cinema e Televisão.

Fundada em 1931, esta agência é hoje uma das maiores empresas jornalísticas do mundo, com cerca de 7.000 funcionários e delegações em quase uma centena de países.

A cooperação na área do jornalismo entre Portugal e China, que foi estabelecida por um acordo assinado em Pequim em 1989, vai ser reforçada no próximo ano, através de um intercâmbio de jornalistas.

“A existência de delegações da Lusa em Pequim e Macau justificam este intercâmbio”, explicou Nuno Morais Sarmento, após uma audiência com Tian Congming, lembrando que este intercâmbio é um exemplo da “proximidade” entre Portugal e China, proximidade essa também baseada nos laços históricos e diplomáticos “muito antigos” entre os dois países.

Tian Congming, que tem a categoria de ministro na República Popular da China, convidou Morais Sarmento para estar presente, no próximo ano, nas comemorações dos 25 anos de relações diplomáticas entre os dois países.

Antes, Tian Congming tinha sido recebido por Durão Barroso, na residência oficial do Primeiro-Ministro, tendo sido abordadas questões relacionadas com essas comemorações. - **Lusa**



O Primeiro-Ministro em Trás-os-Montes

Melhores acessos ao interior e preocupações permanentes com a qualidade de vida

Nos passados dias 14 e 15, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, esteve em visita oficial aos distritos de Vila Real e Bragança, iniciando o seu programa no Domingo, em Valpaços, onde foi recebido em frente à Câmara Municipal de Valpaços, tendo em seguida assinado o Livro de Honra da Câmara daquela cidade.

Seguiu-se uma sessão solene, que começou pela assinatura de alguns protocolos entre o Governo e o Município e breves alocações pelo presidente da autarquia e pelo Primeiro-Ministro.

Durão Barroso, nas palavras que proferiu, anunciou um investimento de 18 milhões de euros na construção de 15 quilómetros de uma nova via que vai ligar a cidade ao Itinerário Principal 4. Trata-se de uma variante à Estrada Nacional 213, que liga Valpaços a Mirandela, e que o Primeiro-Ministro classificou como “essencial para desenravar esta região do Norte do país e permitir uma melhor ligação ao resto do país”.

No próximo mês de Outubro vai decorrer a abertura do concurso público para a realização desta obra. Nesta área, vai ainda proceder-se à construção da via de acesso a Valpaços pela zona nascente, os arranjos da estrada Valpaços - Veiga de Lila, Veiga de Lila - Canavezes e Veiga de Lila - Zebras, e uma nova estrada que ligará Valpaços a Vale de Salgueiro



“mais justo e equilibrado” e não se diga, como aconteceu durante tantos anos, que “Portugal é Lisboa e o resto é paisagem”.

Nesta primeira deslocação oficial a Trás-os-Montes, Durão Barroso anunciou querer deixar o país numa situação “mais justa”, o que é uma tarefa difícil de concretizar devido à “inércia, que convida sempre a fazer os investimentos onde é mais perto, e à burocracia, que perturba muitas vezes a agilização necessária aos processos”.

Entre os protocolos, conta-se o que foi assinado pelo ministro da Cultura, Pedro Roseta e visa a recuperação de um edifício da autarquia para a instalação da Biblioteca, Arquivo e Auditório Municipal.

Para Durão Barroso, este tipo de iniciativas representam uma aposta do Governo para que a cultura seja estendida a todo o país e seja um modo de superar as distâncias entre o interior e o litoral.

Outro protocolo dá condições para a instalação de um Gabinete Técnico em Valpaços, dedicado à promoção da reabilitação do centro da cidade e das áreas antigas de Carrazedo de Montenegro, Vilarandelo e Lebução.

No princípio da tarde, Durão Barroso inaugurou o novo complexo desportivo, tendo percorrido as piscinas exteriores ao complexo, os campos de ténis e o parque infantil, tendo procedido ao descerramento de uma placa comemorativa.

Seguiu-se a visita ao complexo desportivo que integra uma pista de atletismo com seis pistas, caixas para salto em altura, salto com vara, salto em comprimento, lançamento do peso, vala de água. O terreno central tem arrelvamento sintético, quatro torres de iluminação, um espaço polidesportivo descoberto com campo de ténis, mini-golf, jogo da malha, rampa de skate e xadrez humano.

O espaço está também dotado com piscinas municipais, cobertas e descobertas, para adultos e crianças.



e a variante interna que ligará Valpaços a Chaves.

O Primeiro-Ministro salientou a “vontade de fazer cada vez mais” mas lembrou os “recursos escassos”, resultado da situação orçamental difícil em que se encontra o país.

“Ainda não temos as contas equilibradas e estamos a passar por uma das situações mais difíceis que pode haver na economia, sermos forçados a poupar e a controlar as despesas”, afirmou, salientando a necessidade do Estado criar condições para a produção de riqueza no país e para que haja

mais empresas que se instalem no país e criem mais emprego. Por isso, referiu, “no próximo Orçamento de Estado, o Governo vai promover uma medida essencial, que é a redução do imposto sobre as empresas, de 30 para 25 por cento.

“Queremos ganhar na comparação com o nosso vizinho espanhol e aproveitar todas as possibilidades para conseguir progressivamente reduzir os impostos sobre as pessoas e as empresas, para que haja mais emprego”. Assim, 2004 será um ano de “grande esforço de rigor”, para que se possa investir mais no interior e ter um Portugal

(continua na página 11) 



O Primeiro Ministro em Trás-os-Montes (continua)

A abertura do ano lectivo e o anuncio de um programa de reordenamento da rede escolar

◀ (continuado da página 10)

Na inauguração estiveram presentes as atletas Aurora Cunha e Fernanda Ribeiro, que deram uma volta de honra à pista de atletismo.

No distrito de Bragança

Na segunda-feira, já no distrito de Bragança, Durão Barroso esteve em Alfândega da Fé, onde fez a abertura oficial do novo ano lectivo 2003/2004.

As cerimónias englobaram a recepção frente à Câmara Municipal e às 10 e 35 a visita à Escola EB1.

Na ocasião, registaram-se intervenções do presidente do Conselho Directivo, do presidente da Câmara e finalmente do Primeiro-Ministro.

Durão Barroso, na sua alocação, anunciou um programa especial de reordenamento da rede escolar, que implica o encerramento de todas os estabelecimentos de ensino com menos de dez alunos até 2007.

Durão Barroso especificou que até Setembro do próximo ano serão encerradas todas as escolas com menos de cinco alunos e que até 2007 fecharão todas aquelas que têm menos de dez alunos.

O primeiro-ministro disse ainda que “não se pode adiar mais estas medidas” e que “é necessário concentrar recursos em escolas com melhores condições e qualidade”.

Segundo dados referidos no programa de qualificação do 1º ciclo do ensino básico, no ano lectivo de 2002/2003 existiam 682 escolas com menos de cinco alunos, 1.323 tinha entre cinco e 10 alunos e 6.077 dez e mais alunos.

Esta medida vai atingir no mínimo dez dos 308 concelhos portugueses, onde mais de metade das escolas do 1º ciclo têm menos de seis alunos.

No ano lectivo que começou foram já encerrados 312 estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico e 42 do ensino básico mediatizado.

O concelho de Almeida lidera a lista com 61,9 por cento das escolas a receber menos de 6 alunos. Oleiros ocupa a segunda posição com 61,5 por cento e Pinhel a terceira com 60,6 por cento.

Nos concelhos de Meda, Alfândega da Fé, Vimioso, Pampilhosa da Serra, Carrazeda de Ansiães, Monchique e Figueira de Castelo Rodrigo os valores situam-se entre os 60 e os 50 por cento.

O Primeiro-Ministro vai distinguir este projecto com o estatuto excepcional de experiência pedagógica e elogiou o autarca local, João Carlos Figueiredo, por ter tomado a iniciativa.



O chefe de Governo considerou que “até os mais resistentes já admitem que valeu a pena” e que “não é legítimo manter as crianças em escolas com apenas um ou dois alunos”.

Para Durão Barroso, a solução passa por concentrar as crianças em escolas com melhores condições e alargar ao resto do país o programa especial de reordenamento (PER. EB1), que está já a ser aplicado nas regiões do Alentejo e do Algarve.

Medidas necessárias: o empenhamento de todos é necessário para o sucesso

A medida hoje anunciada irá reduzir a pouco mais de uma centena de escolas a rede escolar do distrito de Bragança, tendo em conta que quase dois terços das 350 primárias da região estão a funcionar com menos de dez alunos, segundo dados do Centro da Área Educativa (CAE) de Bragança.

O primeiro-ministro assegurou que os docentes não precisam de ficar “receosos com este processo

de encerramento”.

“Vamos precisar de todos, uns para reforçar medidas de apoio ao processo educativo, outros para reforço dos quadros técnicos das autarquias, em regime de destacamento”, declarou.

Durão Barroso pediu ainda o empenhamento de “pais, professores e alunos” para haver sucesso e melhores resultados na Educação.

O programa especial de reordenamento da rede escolar insere-se num conjunto de medidas que vão ser postas em prática já no ano lectivo que agora começou.

O Ministério da Educação vai investir 22 milhões de euros em 32 mil novos computadores para dotar todas as salas de aulas de condições de acesso às novas tecnologias.

O primeiro-ministro anunciou ainda o lançamento de um programa de rastreio de problemas de audição e visão junto das crianças do primeiro ciclo do ensino básico.

Esta medida visa detectar precocemente problemas que, segundo dados avançados por Durão

(continua na página 12) ▶▶▶



O Primeiro Ministro em Trás-os-Montes (conclui)

O sucesso da Educação depende de Pais, Professores e Alunos

◀ (continuado da página 12)

Barroso, afectam cinco a seis por cento das crianças e contribuem, em parte, para o insucesso escolar.

As novas medidas contemplam também apoio às autarquias na distribuição de material didáctico, como os novos mapas de Portugal e da Europa, que vão substituir, a partir de hoje, em todas as escolas as antigas cartas com várias décadas.

Novas cartas que para Durão Barroso são “um sinal do progresso que o país conheceu”, segundo disse, ao substituir simbolicamente, durante a visita, o primeiro mapa no centro escolar de Alfândega da Fé, que é destacado no novo Portal do Ministério da Educação, na Internet.

Este espaço virtual vai ainda dar apoio aos docentes, que são também contemplados pelas novas medidas, como a distribuição de guias pedagógicos e formação contínua na área das novas tecnologias da informação e comunicação.

No equipamento polidesportivo do centro escolar de Alfândega da Fé, as crianças têm também acesso às novas tecnologias, cantina e actividades complementares, como música e línguas estrangeiras.

O primeiro-ministro encontrou um quadro que se torna cada vez mais raro nas escolas transmontanas, ao entrar na sala dos alunos do primeiro ano, com 16 crianças.

O périplo pelo distrito de Bragança continuou por Torre de Moncorvo, com a recepção na Câmara Municipal e sessão solene, na qual foi assinado o contrato de consignação da empreitada da variante à EN220 – Ligação de Torre de Moncorvo ao IP2.

Na sessão, falaram o presidente da Câmara e o Primeiro-Ministro, seguindo-se um almoço com os autarcas do distrito de Bragança, na vizinha vila de Carviçais

A visita terminou na capital do

Distrito com a recepção ao Primeiro-Ministro após a chegada à central de Expressos, a antiga e arquitectonicamente notável estação ferroviária, seguindo-se o descerramento da placa de inauguração do túnel que liga a avenida de Sá Carneiro à avenida das Forças Armadas.

Pelas cinco e meia da tarde, realizou-se a sessão solene no cineteatro da Torralta, tendo sido exibido um vídeo promocional do Concelho e com ele a apresentação dos projectos «Bragança: Caminhos do Futuro», com incidência especial sobre o Eco Parque, a Porta Norte e a Porta Histórica.

Usou da palavra o presidente da Câmara, terminando a sessão uma breve intervenção do Primeiro-Ministro. – **Fonte: Gab. Press. PM, Lusa**

No Algarve, o ano lectivo abriu com normalidade

No Algarve, o ano lectivo abriu com normalidade nas 367 escolas e jardins de infância da região.

Segundo o director regional de Educação do Algarve, os 6.500 professores da região estão todos colocados, embora haja casos residuais em que, por motivos pessoais, os docentes se mostraram indisponíveis para começar hoje a leccionar, devendo ser substituídos nos próximos dias.

O ano lectivo algarvio terá menos 16 escolas primárias na zona do barrocal e da serra, fechadas por escassez de alunos ao abrigo de um contrato entre o Ministério da Educação e as autarquias, que se comprometem a garantir o transporte das crianças para outros estabelecimentos de ensino.

Simultaneamente, abrem hoje duas novas escolas no distrito de Faro,

uma das quais em Aljezur, que terá 25 turmas de vários graus de ensino, do pré-escolar ao 3º ciclo.

Uma outra escola, em Lagoa, terá 30 turmas do 2º e 3º ciclos, num total de 600 alunos.

No Algarve há 60 mil alunos, 6.500 professores e 3.000 quadros não

docentes, que estudam ou trabalham em 80 jardins de infância, 220 estabelecimentos do 1º ciclo (até ao 4º ano de escolaridade) e 67 dos 2º e 3º ciclos, dos quais 18 são também escolas secundárias.

- Lusa





Responsáveis pela Comunicação Social dos PALOP e de Portugal reúnem-se em Lisboa com o Ministro da Presidência

Portugal acolheu na semana passada, entre 10 e 12 de Setembro, a reunião de Ministros da Comunicação Social dos PALOP e Portugal. O encontro de Lisboa foi promovido pelo Ministro da Presidência, e surge na sequência da reunião de Ministros da Comunicação Social, em Angola, em Abril deste ano.

A reunião de Luanda fez um balanço da cooperação entre Portugal e os países de língua oficial portuguesa, ao nível da comunicação social, e já na altura ficou agendado um novo encontro em Portugal.

O governo português desejava que a reunião de Lisboa surgisse como um marco no relançamento da cooperação entre Portugal e os PALOP, e manifestou para tal a sua disponibilidade e empenho no aprofundamento das relações de amizade que historicamente têm unido estes países.

A reunião começou no dia 9, terça-feira, com o acolhimento, ao longo do dia, das várias delegações, no aeroporto de Lisboa.

No dia seguinte, pelas 10 da manhã, teve lugar a sessão de abertura, no Palácio Foz, com o discurso de boas-vindas proferido pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho, Dr. Domingos Jerónimo, seguindo-se a aprovação da ordem de trabalhos, que após uma pausa para café, começaram às 11.00, com uma análise exaustiva dos pontos de ordem de trabalho e terminaram às 12.30, reiniciando-se após o almoço.

Durante a tarde, completou-se a análise dos documentos presentes a foi acordado o texto a ratificar pelos Ministros.

Os trabalhos recomeçaram na quinta-feira, pelas 10 horas, com um discurso do Ministro da Presidência português, Dr. Morais Sarmiento, após o que se iniciaram os trabalhos de comentário e análise dos pontos aprovados no dia anterior.

Esta actividade ocupou o resto do dia, até cerca das 18.00, quando foi feito o encerramento dos trabalhos, com a aprovação final dos documentos da conferência.

A reunião terminou com uma conferência de imprensa.

O Ministro da Presidência ofereceu aos Chefes das Delegações, um jantar de cerimónia, no Palácio da Ajuda.

O último dia foi ocupado com visitas dos peritos à RTP, à RDP e à Lusa, enquanto os Chefes de delegação se reuniam com as administrações da RTP



e RDP, sendo recebidos pelas 16.30 pelo Primeiro-ministro, Durão Barroso, antes de se dirigirem ao aeroporto, onde embarcaram para os respectivos destinos.

Estiveram presentes, por Angola, Manuel Domingos Augusto (Vice-Ministro da Comunicação Social e Chefe da Delegação), José Luís de Matos (Director Nacional de Informação), Albino Ramos Carlos (Director do Gabinete do Vice-Ministro MA), Lucas Quilundo (Director do Gabinete Jurídico do MCS), Florindo Ramos (Director Técnico da Televisão Pública de Angola), Júlio Mendonça (Direcção da Rádio Nacional de Angola), Miguel de Carvalho (Director Geral da ANGOP), Mário da Costa Dias (Director do Centro de Formação de Jornalistas), José Luís (Funcionário do Ministério da Comunicação Social) e José Ribeiro (Adido de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal).

Por Cabo Verde, compareceram Arnaldo Andrade (Ministro da Presidência) e Franklin Palma (Jornalista - Administrador da INFORPRESS).

Da Guiné-Bissau, vieram Joãzinho Vieira C6 (Embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa) e Mamudo Djau (Director Geral da Comunicação Social).

Moçambique fez-se representar por Felisberto Tinga (Director do Gabinete de Informação), Ricardo Malate (Chefe do Departamento de Estudos do Gabinete de Informação), Manuel Veterano (PCA da Rádio Moçambique), Victor Mbebe (Director Técnico da Televisão de Moçambique) e Marcos Cuembelo (Assessor de Relações

Públicas Internacionais do Gabinete de Informação).

A delegação de S. Tomé e Príncipe era composta por José da Graça Viegas Santiago (Ministro da Juventude e Desporto, Comunicação Social e Assuntos Parlamentares), Eugénia Menezes (Directora Geral da Comunicação Social de S. Tomé), Manuel Barros (Director da Televisão Santomense) e Manuel Vaz Afonso Fernandes.

O “pano de fundo” para o desenrolar dos trabalhos

Nos trabalhos desta reunião de Lisboa, os ministros da Comunicação Social dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Portugal analisaram um programa orientador da cooperação nos domínios da televisão, rádio e agências noticiosas.

O programa orientador, concluído em Julho, surge na sequência de uma reunião idêntica realizada em Luanda a 29 de Abril deste ano, quando os PALOP e Portugal definiram a necessidade de se estabelecer as acções prioritárias e respectivos custos em assistência técnica, formação, intercâmbio e participação nos conteúdos.

Na reunião da capital angolana foi aprovada a “Declaração de Luanda”, em que Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal se comprometeram em privilegiar a concertação política para solucionar eventuais mal-entendidos na comunicação social e relançar a cooperação nesse sector.

Na “Declaração de Luanda”, os

ministros dos PALOP e de Portugal reconheceram também o direito de informar e ser informado, através da consulta, o mais ampla possível, de fontes de informação, incluindo as oficiais, “no respeito pelos princípios éticos universalmente aceites”.

Na ocasião, os participantes consideraram também ser necessário relançar a cooperação no âmbito das agências noticiosas e a redefinição dos modelos da RTP África e RDP África, “como instrumentos privilegiados para a promoção da amizade e divulgação dos valores que compõem o espaço da Lusofonia”.

O primeiro dia da reunião, quarta-feira, foi ocupado pelo trabalho técnico, com intervenção dos peritos das diversas delegações, com a

participação do secretário de Estado da Presidência português, Domingos Jerónimo e foram definidos os documentos a ratificar na cimeira ministerial, que decorreu no dia seguinte.

No final, e antes da conferência de imprensa, os participantes foi aprovada a “Declaração de Lisboa” e os documentos “Cooperação no Domínio da Comunicação Social” e “Modelo Institucional dos Canais África”.

A intervenção de Morais Sarmiento: uma das maiores reformas em Portugal

É com particular satisfação que vos dou as boas vindas, muito agradecendo a todos a vossa presença.

Com a significativa representação que encontramos hoje aqui, evidenciam-se de forma inequívoca o desejo comum, aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e a Portugal, de desenvolver cada vez mais a cooperação, a solidariedade e a concertação no quadro do mundo lusófono.

Em nome do Governo português e no meu próprio, é nossa intenção que esta Reunião represente um marco no relançamento da cooperação entre os nossos Países no domínio particular da Comunicação Social.

Este tem sido um sector que tem merecido a particular atenção deste Governo.

Como é seguramente do vosso conhecimento, quando iniciámos funções, o panorama do sector público da comunicação social portuguesa

(continua na página 14) ➡

Programa orientador dá sequência à reunião de Abril, em Luanda para definir prioridades e custos a elas associados

◀ (continuado da página 13)



conhecia enormes dificuldades.

A uma crise financeira para a qual não se apontava qualquer solução, aliava-se também uma crise de identidade sobre o alcance e o sentido do serviço público.

Tornava-se urgente e inadiável avançar com uma reforma nesta área.

Com uma nova administração na RTP e na RDP, foi possível iniciar uma das maiores reformas que nos últimos tempos se processaram em Portugal.

Um ano e meio volvidos, os primeiros resultados são já evidentes:

- Temos hoje uma muito maior racionalidade de custos e equilíbrio de contas;

- Imprimimos uma maior independência da rádio e da televisão públicas face ao poder político;

- Demonstrámos, acima de tudo, que é possível uma prestação efectiva e melhorada do serviço público.

Refiro esta importante mudança no âmbito desta nossa Reunião, por duas ordens de razões:

Em primeiro lugar, para anunciar a V. Ex.as que a promoção da lusofonia e o desenvolvimento dos laços de amizade e solidariedade entre os nossos povos vão ocupar um novo espaço televisivo em Portugal.

Com o perfil agora traçado para o novo Canal 2 (ou “a 2”, como passará a designar-se) as comunidades estrangeiras residentes em Portugal passarão a ter acesso a uma programação específica.

Com o protocolo que assinámos recentemente com as televisões privadas nacionais, também estas passarão a estar obrigadas a incluir, na sua grelha de programação, um tempo vocacionado para a integração das comunidades minoritárias.

Não somos, pois, como aqueles que «pregam fora, mas não praticam em casa».

Estamos atentos aos laços que nos unem aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Pelo contrário, estamos atentos aos laços que nos unem aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, por isso mesmo, queremos que essa realidade seja reforçada nos canais abertos emitidos para todo o território português.

Em segundo lugar, a profunda reforma do audiovisual em curso terá, também e necessariamente, repercussões ao nível da RTP-África e da cooperação entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Quanto à RTP, a continuação da situação anteriormente existente, conduziria, de forma inevitável, ao encerramento do Canal África.

Isso mesmo se comprova com o desinvestimento efectuado naquele canal, bem como através da diminuição das acções de cooperação ao nível da comunicação social.

A reforma que empreendemos imprimiu uma nova política de racionalização de custos e de equilíbrio das contas do operador público de televisão, mas não permitiu que projectos importantes pudessem ser postos em causa.

É neste âmbito que cabe sublinhar o papel determinante que a RTP-África tem assumido.

O fluxo de programação, a transmissão de conhecimentos, a difusão de notícias são sinais claros da importância que este canal tem tido na aproximação dos nossos Países.

Pela nossa parte e enquanto também for essa a vontade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, não permitiremos o seu fim.

Por outro lado, a reforma a que

demos início imprimiu igualmente, como já dissemos, uma maior independência das Televisão e Rádio públicas nacionais.

São as regras da Democracia.

O serviço público de comunicação social deve ser independente do poder político e não pode jamais ser instrumentalizado por este.

Sublinho este ponto, pois estes princípios são igualmente válidos para o novo modelo dos Canais África da RTP e da RDP.

Ou seja, a gestão editorial e informativa dos Canais África cabe exclusivamente às respectivas Direcções de Programação, uma vez que a RTP e a RDP são independentes do poder político.

Nada do que discutamos aqui poderá por em causa esse princípio ao qual estamos vinculados e ao qual temos de obedecer. Trata-se de uma imposição legal e constitucional portuguesa.

Peço-lhes, pois, que não vejam na RTP ou na RDP-África uma mão do

orçamentos são para respeitar.

Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance

Por isso, Caros Colegas, não podemos prometer o que não temos, não podemos cair nos erros do passado.

Mas queremos assumir o compromisso de que, não sendo possível fazer tudo o que gostaríamos, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance.

É essa a nossa vontade, é esse o nosso profundo desejo, é essa a forte convicção que queremos que resulte bem vincada desta reunião:

- que as relações de cooperação no domínio da comunicação social devam retomar a normalidade,

- que Portugal está empenhado em que tais relações sejam aprofundadas;

- que há condições para que, num futuro próximo e com início já em 2004, sejam implementados novos programas de cooperação no domínio do audiovisual.

Ilustres convidados,

Não quero terminar sem deixar de



Estado português, que não confundam as suas peças jornalísticas com o entendimento político dos governantes deste país.

Cabe-nos a nós definir regras. Não nos cabe interferir no trabalho das Direcções de Programas.

Quanto à cooperação, é igualmente de sublinhar que se a reforma que empreendemos permitiu a continuidade da RTP-África, tal facto implica, por outro lado, uma racionalização de custos e uma optimização de recursos.

Se nem sempre no passado assim foi, hoje é certo que o que é gasto deve ser bem ponderado, que os financiamentos devem ser direccionados e estratégicos, que os

sublinhar que os laços que nos unem são muito vastos e profundos.

Reflectem-se num conjunto de iniciativas que cobrem vários quadrantes e não se esgotam, naturalmente, na cooperação entre operadores de Televisão.

Veja-se a importância que a RDP tem assumido na aproximação dos nossos Povos.

Ao divulgar em Portugal e em África a informação dos nossos Países, estou certo que todos reconhecemos o grande serviço que presta à Lusofonia e aos cidadãos lusófonos.

Por outro lado, a criação de um

(continua na página 15) ▶▶▶▶



A promoção da Lusofonia e o desenvolvimento dos laços de amizade vão ocupar novo espaço na Televisão em Portugal

▶▶▶▶ (continuado da página 14)

servidor comum que albergue os “sites” das várias agências da Aliança das Agências dos Países de Língua Portuguesa, apresentada por Cabo Verde na Reunião de Brasília, tem enormes potencialidades e vai ao encontro do interesse de todos.

Trata-se de uma iniciativa que não deve ser adiada.

Pela nossa parte esta proposta merece total apoio no quadro da CPLP.

Realço também a proposta de constituição de um órgão aglutinador dos jornalistas de língua portuguesa, apresentada pelo Sindicato dos Jornalistas português, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A aproximação dos agentes da comunicação social é seguramente um caminho do qual podemos “colher frutos”, um bem que se reflectirá na qualidade da cooperação nesta área e que, por isso, merece igualmente o nosso encorajamento.

As iniciativas que, a título de exemplo, acabo de referir são um sinal inequívoco de que temos novos caminhos a trilhar e a aprofundar.

Estou seguro que ao longo da nossa reunião poderemos desenvolver e reunir estes e outros factores acrescidos de coesão.

Reiterando as saudações de boas vindas, termino fazendo votos sinceros de êxito para os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

Alguns detalhes dos trabalhos: reforçada a cooperação e a colaboração a todos os níveis

Na reunião, a nível ministerial, foi analisado um novo modelo dos canais África da RTP e RDP, que prevê a criação de Comissões de Acompanhamento ou Consultivas que contribuam para a qualidade dos canais e respectiva grelha de programação.

A cooperação incidirá essencialmente em três vectores, nomeadamente nas acções a desenvolver nos domínios da assistência técnica, formação e conteúdos, na elaboração de documentos definidores de um novo modelo para os canais África da RDP e RTP e para uma nova política de cooperação.

As acções previstas só serão concretizadas a partir de Outubro de 2004, dado que, até lá, terão de ser feitos os levantamentos técnicos e desenvolvidas acções prioritárias em dois dos cinco países dos PALOP - Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, iniciativas que deverão estar concluídas até ao fim deste ano.

Segundo o calendário do programa orientador, a partir de Janeiro de 2004

serão elaborados projectos e programas destinados a apresentar nos canais África da RDP e RTP, iniciando-se, quatro meses mais tarde, em Abril, a elaboração, negociação e aprovação dos novos instrumentos jurídicos de cooperação.

Todos estes programas serão, ainda segundo o calendário, avaliados e aprovados entre Julho e Setembro de 2004, após o que, em Outubro do mesmo ano, se dará início às diferentes acções.

A reunião com os responsáveis pela Comunicação Social de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal permitiu também definir o novo modelo dos Canais África da RDP e RTP, que serão suportados financeiramente pelos operadores públicos, “onde estão integrados orgânica, administrativa e editorialmente”.

Por outro lado, deverão ser instituídas ou readaptadas “instâncias de reflexão” integradas pelos “seis”, de forma a contribuir para a qualidade dos canais e respectivas grelhas de programação, através de Comissões de Acompanhamento ou Consultivas, que se reunirão periodicamente.

O documento clarifica também que os dois canais emitem em Língua Portuguesa, “unidade de referência na comunidade” dos países lusófonos, que devem difundir a “visão do conhecimento e reconhecimento de todos os países que nela se expressam”.

No domínio da programação, ambos os canais devem passar a integrar conteúdos provenientes de vários centros de produção, de contribuições dos operadores nacionais e de produções que se desenvolvam no domínio da cooperação.

O objectivo é criar, lê-se no documento, “um banco comum de conteúdos”.

Até hoje, apenas a TPA, de Angola, tem colaborado com conteúdos para a programação da RTPÁfrica.

Na conferência de imprensa

A este propósito, e na conferência de imprensa que assinalou o final dos trabalhos, os representantes de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Moçambique justificaram à Lusa a ausência das respectivas estações televisivas na RTPÁfrica com a “falta de meios financeiros e técnicos”.

Quanto à programação dos canais África das duas estações emissoras, o documento sustenta que “deve obedecer a critérios profissionais de qualidade, de interesse relevante para a afirmação da Lusofonia, de prosseguimento de valores de tolerância, de liberdade, de democracia

e de não-violência.

“Esta dimensão dos conteúdos dos canais África da RDP e RTP, nomeadamente dos que assumem um cariz predominantemente informativo, deve permitir um conhecimento mais profundo do espaço lusófono, contemplando as realidades sociais, políticas, culturais e religiosas”, lê-se no documento.

Assim, acrescenta-se na declaração, será possível gerar “um patamar de melhor identificação da realidade dos países e povos e das suas comunidades no estrangeiro, permitindo a sua divulgação internacional”.

Por outro lado, os “seis” reafirmaram a consagração dos princípios éticos e deontológicos do exercício profissional no domínio da liberdade de informação.

Quanto às agências noticiosas de Portugal e dos PALOP, terão de desenvolver acções de cooperação no domínio da valorização profissional dos seus trabalhadores, no intercâmbio noticioso e na criação de condições para a assistência técnica e para a colaboração editorial.

Tudo isto, “sem prejuízo da cooperação no quadro da Aliança das Agências de Língua Portuguesa (ALP)”, segundo o documento.

Na conferência de imprensa, o ministro da Presidência do Conselho de Ministros português, Nuno Morais Sarmiento, ladeado pelos seus homólogos e chefes de delegação, destacou que, com estas medidas, os canais África das duas estações emissoras permitirão dar a conhecer “os aspectos mais positivos” dos “Cinco”.

Em declarações à Lusa, após apresentar as linhas gerais da reunião de Lisboa, Morais Sarmiento salientou a intenção de este tipo de reuniões ter um carácter anual, mas adiantou que dependerá das análises da Comissão de Acompanhamento, a ser criada em breve.

Audiência com o Primeiro Ministro Durão Barroso

No final de uma audiência com o primeiro-ministro português, José Manuel Durão Barroso, que encerrou os três dias de encontros entre os responsáveis governamentais lusófonos pelo sector, os responsáveis pela Comunicação Social dos governos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) manifestaram-se hoje “muito satisfeitos” com os “passos concretos” dados em Lisboa no sentido do reforço da cooperação no domínio dos media.

O vice-ministro da Comunicação Social de Angola, Manuel Domingos Augusto, congratulou-se pelo facto de em Lisboa terem sido “tomadas

medidas concretas”.

Além dos progressos verificados no “campo dos princípios”, que “tornarão a relação de cooperação mais igual e mais participativa”, foi ainda estabelecido “um cronograma de acções que vai dar resultados muito concretos”, salientou Manuel Augusto.

O facto de a RTP e a RDP terem sido reconhecidos como “operadores públicos de Comunicação Social portuguesa” e “financiados pelo governo português” e o reconhecimento de que “a versão África desse operadores públicos” constitui um “instrumento de cooperação entre os países da lusofonia” são, no entender do governante angolano, alguns exemplos dos progressos conseguidos em Lisboa.

Simultaneamente, sublinhou, foi decidido no curto prazo prestar “um apoio material e técnico” aos operadores públicos da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, estando previsto, no caso guineense, que as acções de cooperação tenham início já durante o



Nuno Morais Sarmiento, o Ministro da tutela da Comunicação Social

próximo acto eleitoral no país.

Para o vice-ministro angolano é, no entanto, importante que os países do espaço lusófono “tenham uma participação, principalmente ao nível dos conteúdos”, condição prévia para que seja possível “encontrar mecanismos” de cooperação eficazes e “partilhados”.

“Não acreditamos muito no mérito das declarações só pelo que vem escrito. Houve uma evolução muito grande nas decisões, mas há também um grande realismo”, concluiu o responsável angolano.

– Fontes: Lusa, “site” mp.gov.pt



Regina Bastos defende melhorias na coordenação dos sistemas de segurança social



A Deputada do PSD **Regina Bastos** defendeu, no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, “a **necessidade urgente da reforma do Regulamento 1408/71, que tem mais de três décadas e foi criado para coordenar as legislações dos Estados-Membros em matéria de Segurança Social**”.

Regina Bastos salientou que “o **objectivo fundamental deste regulamento é o de garantir que os trabalhadores que circulem no espaço da União Europeia não sejam prejudicados nos seus direitos ao nível da segurança social.**

Ao longo dos anos, acrescentou, este Regulamento foi sofrendo várias alterações que o tornaram muito complexo e os sistemas de segurança dos Estados-Membros sofreram alterações, evoluções positivas, como é o caso de Portugal”.

Regina Bastos considerou que a proposta agora apresentada pela Comissão Europeia, “**baliza muito claramente o objectivo a atingir: coordenar os sistemas de segurança social, tendo em conta a perspectiva do alargamento.** Trata-se de coordenação e não de harmonização. O que se pretende é que o Regulamento seja modernizado e simplificado.

Neste contexto, a Deputada social democrata considerou que se deu **um passo importante em vários domínios nomeadamente no que diz respeito ao direito dos desempregados, dos reformados, dos trabalhadores fronteiriços e das suas famílias** aplicando-se este regulamento a todas as pessoas residentes no território de um Estado-Membro do mesmo modo que os seus nacionais”.

Regina Bastos salientou ainda que a Comissão também tenha alargado “a lista dos tipos de segurança social abrangidos pela coordenação e preveja medidas para resolver o problema da dupla tributação”.

Regina Bastos pronunciou-se contra algumas propostas enunciadas pela Relatora do Parlamento Europeu que “**levantam dificuldades. Dificuldades essas que levaram ao voto desfavorável do PPE, na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais**”. Regina Bastos referiu concretamente “a que diz respeito à definição do conceito ‘Família’, defendendo que Cada Estado-Membro reconhece um determinado conceito de família de acordo com o seu ordenamento jurídico interno e que não é pois legítimo impôr aos Estados-Membros um modelo familiar qualquer que ele seja”.

Estrasburgo, 2 de Setembro de 2003

Apoio às vítimas

Regina Bastos pede mais dinheiro para o Programa DAPHNE

A Deputada do PSD **Regina Bastos** pediu no Parlamento “**um aumento substancial da dotação orçamental do Programa DAPHNE** para dar resposta aos projectos que são propostos. Mas devemos ser pragmáticos e realistas, acrescentou. O principal objectivo é o de assegurar a continuidade do programa e por isso não podemos perder tempo em demoradas negociações em conciliação”.

Para Regina Bastos, “uma dotação de 50 milhões de euros, que a Comissão Europeia declarou já poder aceitar, permitirá a **efectiva entrada em vigor do Programa Daphne II em Janeiro 2004** incluindo nos novos Estados-Membros”.

Num debate no Plenário do Parlamento Europeu, a Deputada afirmou que “**infelizmente a violência física, sexual ou psicológica contra crianças, jovens e mulheres existe em todos os países da UE. As estatísticas realizadas nos Estados-Membros são muito elevadas, nalguns casos aterradoras.**

A violência deve ser vivamente condenada, pois além de constituir uma violação dos direitos fundamentais, tem graves consequências para toda a sociedade e é um obstáculo real à igualdade entre mulheres e homens”.

Regina Bastos recordou que “**o Programa Daphne I - que foi criado para lutar contra este grave flagelo quer através da aplicação de políticas de prevenção, quer da repressão mas também do apoio às vítimas - teve um enorme sucesso,** o que demonstra claramente que veio ao encontro de uma profunda necessidade e que a segunda fase do Programa (2004-2008) deve ser capaz de dar resposta a mais projectos de luta contra a violência não deixando de ter em conta as realidades de uma Europa a 25”.

Regina Bastos salientou ainda alguns pontos que considerou “**merecerem ser desenvolvidos na segunda fase do programa.**

- a criação de filtros que impeçam a difusão de material pedófilo na Internet
- a reintegração dos meninos das ruas
- a criação de uma base de dados europeia para as pessoas desaparecidas”.

Estrasburgo, 3 de Setembro de 2003

PE debate vaga de incêndios em Portugal

PSD sublinha insuficiência das ajudas comunitárias

O PSD, pela voz do Deputado **Carlos Coelho**, considerou a ajuda de emergência atribuída pela Comissão Europeia a Portugal, no montante de 31 milhões de euros, claramente **“aquém das expectativas”**.

Carlos Coelho afirmou que este montante se destina apenas para ajuda de emergência, mas sublinhou que **“as despesas elegíveis para a ajuda de emergência ascendem já a 90 milhões de euros, três vezes mais do que a ajuda comunitária, sendo o custo da tragédia avaliado em mais de mil milhões de euros”**.

Salientando esta vaga de incêndios que assolou o país como **“uma tragédia com repercussão em termos de perda de vidas humanas e com imensas repercussões sociais, económicas e ambientais de longo prazo”**, Carlos Coelho considerou que **“esta é uma área em que mais vale prevenir do que remediar”**.

Sublinhando a necessidade da solidariedade europeia, Carlos Coelho afirmou que ela **“tem de ter tradução no montante das ajudas e na prontidão da ajuda: não é apenas necessário que a ajuda seja relevante do ponto de vista financeiro, é necessário que ela seja urgente para que a Europa se faça sentir neste momento”**.

O Deputado social democrata destacou ainda o facto de a ajuda de emergência **“já estar a ser atribuída por virtude da acção eficaz do Governo de Portugal, das autoridades locais e das organizações não governamentais que expressaram a sua solidariedade”**.

Carlos Coelho elogiou **“a dedicação dos bombeiros e das populações que, com actos de coragem, de generosidade e de heroísmo, provam bem que nas tragédias, em que por vezes se revela o pior que o Homem tem, há também muitas pessoas**

que revelam aquilo que o Homem tem de melhor”.

Neste debate participaram também os Deputados do PSD Arlindo Cunha, Jorge Moreira da Silva e Regina Bastos.

Arlindo Cunha destacou **“os efeitos indirectos da tragédia que classificou de fundamentais, por se tratar de zonas pobres do interior do país onde a floresta era a base do emprego”**, defendendo que é necessário agora **“mobilizar instrumentos de apoio à economia, quer no âmbito do actual quadro comunitário de apoio, reprogramação e reafectação, quer, sobretudo, para o futuro, no próximo quadro comunitário de apoio, quer no âmbito da PAC, da política de desenvolvimento regional e da política de desenvolvimento rural”**.

Para Arlindo Cunha, que sublinhou o facto de a floresta mediterrânica correr muito mais perigos que a floresta do norte da Europa, **“é necessário algo mais do que uma estratégia florestal para a União Europeia. Temos que ir muito mais longe e a Comissão tem que rever a sua proposta sobre o Forest Focus, que é altamente insuficiente em matéria de prevenção florestal”**.

Jorge Moreira da Silva defendeu que **“desta tragédia se tirem lições. Em primeiro lugar, avançando para uma gestão sustentável das florestas, que aposte mais nas espécies autóctones (menos vulneráveis aos incêndios, melhores para a conservação dos solos e mais eficazes como sumidouro de carbono) e menos nas espécies exóticas; que aposte no uso múltiplo da floresta, porque a presença humana em actividades como a caça, o turismo, a apicultura, a silvicultura, o pastoreio e a agricultura é a melhor garantia de dissuasão e de vigilância”**.

Para Jorge Moreira da Silva devem ser tiradas

lições também ao nível das **alterações climáticas**. **“Os incêndios, que contribuem no imediato para a mudança climática uma vez que são fortemente emissores de dióxido de carbono e reduzem a nossa capacidade de sumidouro de carbono, são cada vez mais também uma consequência da mudança climática. Estamos, acrescentou o Deputado, numa caminhada inexorável para as alterações climáticas. A década de 90 foi a mais quente dos últimos duzentos anos, atingiram-se no último Verão máximos de temperaturas históricos em várias regiões do sul da Europa, os cientistas apontam para um aumento de 5,8 graus da temperatura nos próximos 100 anos e é por isso urgente dar sequência na área dos transportes aos bons esforços que já iniciámos através do comércio de emissões, de medidas de redução de emissões na indústria e na energia”**.

Regina Bastos, na sua intervenção, reforçou **“o carácter dramaticamente excepcional desta tragédia e defendeu que a casos excepcionais deverá corresponder o apoio adequado”**.

Afirmando que **o resultado desta tragédia**, para além das consequências económicas e ambientais **é sobretudo humano**, Regina Bastos prestou homenagem às 18 vítimas mortais expressando **“os seus sentimentos às famílias e a sua solidariedade a todos os concidadãos que viram as suas vidas afectadas pelos fogos e que vivem momentos de angústia quanto ao seu futuro e, sobretudo, àquelas famílias que tinham na floresta o seu principal e, nalguns casos, o seu único meio de subsistência”**.

O Parlamento Europeu, na sequência deste debate, vai efectuar, na próxima quinta-feira, uma votação tendo em vista a aprovação de uma resolução.

Estrasburgo, 2 de Setembro de 2003

Conferência de Imprensa do Clube 13 de Junho

Carlos Coelho é um dos promotores

O social democrata Carlos Coelho é o Deputado português membro do **Clube 13 de Junho** que amanhã, **quarta-feira, às 15h30**, realizam, nas instalações do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, uma **Conferência de Imprensa**.

O Clube 13 de Junho é um movimento que reúne 25 Deputados (um Deputado de cada Estado-Membro e de cada um dos países candidatos) que defendem uma consulta popular sobre o novo Tratado Constitucional, em simultâneo com as eleições europeias do próximo ano.

A divisa deste movimento é: **13 de Junho de 2004: um só dia, dois votos pela Europa**.

Carlos Coelho afirma que o objectivo deste Clube **“é bater-se pela participação crescente dos cidadãos no processo de construção europeia, combatendo a crescente abstenção nas eleições europeias e convidar o Conselho de Ministros da União e os Estados-Membros a tomar as medidas que possibilitem que, nas próximas eleições europeias previstas para 10 e 13 de Junho de 2004, os cidadãos possam depositar na urna dois boletins de voto: um para a eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu e outro para manifestar a sua opinião sobre o novo Tratado Constitucional”**.





TORONTO

Nos termos do Art. 50º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Toronto- Canada do PSD, para reunirem em Assembleia de secção no dia 24 de Outubro de 2003, pelas 19h00, na sede do partido, sita 1108 Dundas St. West, Toronto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação de contas
2. Eleição da Mesa do plenário e Eleição da Comissão Política.

NOTA:

As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da Mesa do plenário, na sede da secção do PSD, das 19h00 até às 24h00 do dia 22 de Outubro de 2003.

Poderão eleger e ser eleitos apenas os militantes que tenham as suas quotas actualizadas, em conformidade com o caderno eleitoral.

UISEU

No termos dos art. 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia Distrital do PSD para uma reunião ordinária, no próximo dia 10 de Outubro de 2003, pelas 21h00, no Salão Nobre da Assembleia Municipal (Solar dos Peixotos), em Viseu, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da secção de Odivelas, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 29 de Setembro de 2003, segunda-feira, pelas 21h30, na Pavilhão Polivalente de Odivelas, sito na Rua Aquilino Ribeiro (junto às antigas instalações da Cruz Vermelha), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política
- O Código de Trabalho coma Presença do
Dr. Luís Miguel Pais Antunes, Secretário de Estado do Trabalho.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia do PSD, para reunir em Sessão Plenária, no dia 17 de Outubro de 2003, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da Situação Política.

ERRATA

Por lapso na edição anterior não foi publicada a seguinte convocatória.

NÚCLEO DO PSD RIO MEÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Rio Meão do PSD, para reunir no dia 11 de Outubro de 2003, das 17h00 às 19h00, na sede de candidatura às Autárquicas (em frente à Cifial), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição do Núcleo Residencial de Rio Meão.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada indicada nesta convocatória.



VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes para um Plenário de Secção de Valongo, a realizar no próximo dia 27 de Setembro de 2003, pelas 14h00, na Sede do PSD em Ermesinde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um – Eleição da Comissão Política da JSD Valongo;

Ponto Dois – Eleição da Mesa do Plenário;

Ponto Três – Eleição dos Conselheiros Distritais;

Nota: As listas deverão ser entregues 24 Horas antes do acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h30 às 17h00.

NÚCLEO de VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes para um Plenário da JSD/Núcleo de Valongo, para reunir no próximo dia 27 de Setembro de 2003, pelas 17:00h, na Sede do PSD em Valongo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Um – Eleição da Comissão Política da JSD Valongo;

Ponto Dois – Eleição da Mesa do Plenário;

Nota: As listas deverão ser entregues 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral;

As urnas estarão abertas das 17h30 às 19h30.

CONSELHO DISTRITAL de SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Setúbal, para reunir no próximo dia 28 de Setembro de 2003, pelas 15h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Sines, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Revisão Estatutária;
- 3- Análise da Situação Política.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia do Porto, para um Plenário, a ter lugar no próximo dia 2 de Outubro de 2003, pelas 21 Horas, na Sede Concelhia da JSD do Porto, sita à Rua do Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1- Eleição dos Conselheiros Distritais da JSD.

NOTA:As listas deverão ser entregues 24 Horas antes do acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00.

TABUAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Tabuaço, para uma reunião a realizar no próximo dia 11 de Outubro de 2003 (Sábado) pelas 15 Horas, na Sede do PSD em Tabuaço, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção, da Comissão Política de Secção e dos Delegados ao Conselho Distrital.

NOTA: a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na sede Distrital do PSD, Rossio, n.º 14 – 1.º andar, em Viseu, até às 24 Horas do dia 10 de Outubro, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 15h30 às 16h30.



www.jsd.pt



A semana que passou foi marcada por uma grande aposta da JSD, do PSD e do Instituto Francisco Sá Carneiro: a Universidade de Verão 2003.

Com o mesmo intuito das anteriores Universidades de Verão da JSD mas com um modelo completamente inovador, esta iniciativa pode ser caracterizada por uma palavra: SUCESSO!

E outra coisa não seria de esperar das circunstâncias envolventes: oradores de luxo, formandos de elite, um programa interessante e diversificado, condições técnicas excelentes e regras de funcionamento altamente profissionais.

Em declarações ao Jornal da Universidade de Verão, o Líder da JSD, Jorge Nuno Sá, não deixou de saudar o excelente trabalho do Director da UV, bem como a dedicação dos vários quadros da JSD presentes em Castelo de Vide.

“O êxito dos trabalhos em grupo é o que de mais notável encontro no modelo gizado: os formandos souberam aprender em conjunto, firmar amizades e partilhar conhecimentos. Por outro lado, os grupos souberam respeitar a individualidade dos seus elementos”, afirmou o Presidente da CPN/JSD.

Em www.jsd.pt encontrarás mais informação alusiva a esta fantástica acção.



Apresentado o estudo da McKinsey

Na terça-feira, num dos auditórios do Centro Cultural de Belém, foram apresentadas as conclusões de um estudo encomendado pelo Governo sobre a possível evolução, até 2010, de parâmetros económicos extremamente importantes, destacando-se a produtividade. O estudo, feito pela prestigiada consultora internacional, McKinsey Global Institute, conclui que a produtividade portuguesa corresponde a cerca de metade da média dos países europeus mais produtivos, atribuindo essa situação a um conjunto de seis barreiras estruturais, das quais a mais grave é a “informalidade”, que é a economia paralela e a evasão fiscal.

Na apresentação do estudo esteve presente o Primeiro-Ministro, bem como a Ministra das Finanças e o Ministro da Economia, tendo Durão Barroso feito algumas declarações na ocasião, defendendo a tese de que a melhoria da produtividade irá ocorrer de forma “lenta e gradual”, tendo manifestado esperança de que a economia portuguesa se transforme numa das “mais competitivas da Europa” até 2010.

Quanto à “informalidade”, de que o Governo “sempre esteve consciente”, Durão Barroso lembrou que “Sabe-se que muitas empresas e cidadãos não cumprem de forma plena as suas obrigações fiscais e para-fiscais e que esta situação prejudica as finanças públicas”

Recordando algumas das medidas implementadas pelo Governo com o objectivo de combater a fuga ao fisco - como a Reforma da Tributação do Património, o cruzamento de informação com recurso às novas tecnologias e a inclusão da economia paralela no Contrato Social para a Competitividade e Emprego, Durão Barroso ser este o caminho a seguir, por forma a que o Estado consiga verificar o cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes.

Nesse sentido, o Primeiro-Ministro considerou que a aposta numa taxa de imposto mais baixa sobre as empresas e um sistema de benefícios fiscais mais simples será um “passo positivo”.

Já no funcionamento dos serviços públicos, Durão Barroso admitiu que o Estado consome uma “fracção excessiva” dos recursos da sociedade portuguesa, sendo que os níveis de serviços prestados em sectores como a Educação e Saúde “são inferiores ao desejado”.

Neste ponto, o primeiro-ministro recordou que o seu executivo lançou a reforma da Administração Pública, tendo também introduzido mudanças “substantivas” nas áreas mais problemáticas, como é o caso da Educação e Saúde.

Em relação à actual legislação laboral - cujas alterações foram classificadas como positivas no estudo da McKinsey -, Durão considerou que o Governo teve uma actuação “célere e corajosa” ao ter avançado com um novo Código do Trabalho.

Já no final da sua intervenção, Durão Barroso prometeu uma economia “menos paternalista” e com menor presença do Estado, que deverá concentrar-se nas funções reguladoras e de fiscalização. “Não me cansarei de elogiar os portugueses. Sei que só de todos nós pode nascer um Portugal melhor. Não é um Estado omnipotente e pesado que nos vai conduzir a esse objectivo”, concluiu o primeiro ministro. – Fontes: Público, Lusa.



Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

O caminho da esperança

Preparar Portugal para os novos e aliciantes desafios da Europa é fundamental. Preparar o País para as realidades que a globalização nos trás é de importância crucial.

As novas gerações tem à sua frente um caminho difícil mas estimulante. É imprescindível um trabalho sério e eficaz na formação das pessoas. A melhoria significativa da nossa competitividade não é um pesadelo nem deve ser lida com receios. Sermos mais competitivos é um designio nacional que deve ser encarado com coragem, ambição e confiança.

Os velhos do Restelo, que estão de mal com todos e com a vida, portavozes do pessimismo e da incapacidade nacional, sempre existiram. Mas não foram, nem são eles, que implementam reformas, dinamizam mudanças, constroem novos e melhores mundos. Aqueles que se conformam com “o que já está, já está” e são incapazes de ler o mundo com outra alma, resumindo-se ao simples comentário “é a vida”, quando as coisas não estão bem, não têm o seu espaço neste novo ciclo.

Com realismo, mas com entusiasmo, é imperioso acreditar. Acreditar que somos tão bons como os melhores, acreditar que Portugal, com o esforço de todos e com políticas responsáveis, terá em 2010 outros índices de produtividade e será, consequentemente, mais competitivo.

É esse o desafio, é esse o objectivo e estou plenamente convicto que será essa a realidade.



Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967- Depósito legal n.º1970/83
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Imprensa - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascoa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELUZ - Telef. 214398500 - Fax. 213976967

POVOLIVRE

